

REQUERIMENTO Nº , DE 2008 (Dos Srs. Adão Pretto e Luiza Erundina)

Requer a realização de Diligências da Comissão de Legislação Participativa em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias para averiguar a situação de violência contra Trabalhadores Rurais no Estado do Paraná.

Senhor Presidente,

Esta Comissão realizou, dia 16 de abril, Reunião de Audiência Pública, quando foram ouvidos representantes da Polícia Federal, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, da Organização Não-Governamental - ONG Terra de Direitos e da Igreja Anglicana sobre a violência contra trabalhadores rurais no Estado do Paraná que resultou no assassinato do líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais **Eli Dallemole, no município de Ortigueira-PR.**

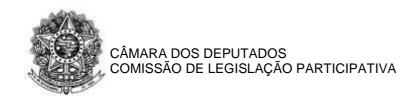
Nessa reunião, foram relatados diversos casos de violência contra trabalhadores rurais e seus familiares no Estado do Paraná, onde há um evidente agravamento da violência contra trabalhadores rurais, com a atuação milícias armadas.

Considerando a gravidade da situação, que requer a presença de Autoridades Federais, solicitamos, nos termos regimentais, a realização de diligência desta Comissão em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias no Estado do Paraná para ouvir as Autoridades Municipais e Estaduais dos Poderes Executivo e Judiciário e os Defensores de Direitos Humanos que já foram vítima ou estão ameaçados pela violência que, conforme relatos, existe no local.

JUSTIFICAÇÃO

O representante da Organização Não-Governamental Terra de Direitos, Darcy Frigo, trouxe a esta Comissão várias demandas. Dentre elas, a de formação de uma Comissão de Parlamentares desta Casa para verificar, in loco, a situação de conflito existente no local e as providências que estão adotadas pela Autoridades para a proteção das pessoas defensoras dos Direitos Humanos que estão sendo vítimas dos ataques das milícias.

O assassinato, dentro de casa, em Ortigueira-PR, do líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Eli Dallemole, 42 anos, no assentamento Libertação



Camponesa, conforme relatado na referida reunião, não é um caso isolado. É resultado de toda uma onda de violência que se desencadeou contra os camponeses.

Os Trabalhadores Rurais cobram da justiça a punição dos responsáveis por mais um assassinato de trabalhador Sem Terra, no Estado e a extinção imediata dessas milícias armadas, que já estão se tornando corriqueiras no Paraná.

No ataque dessa mesma milícia ao acampamento Terra Livre, aproximadamente 15 pistoleiros aterrorizaram as 35 famílias do MST acampadas na área e queimaram todos os pertences dos trabalhadores. Crianças foram ameaçadas e arrastadas e mulheres e homens espancados, ficando apenas com a roupa do corpo. Muitos não conseguiram salvar nem seus próprios documentos. Após o ataque sete pistoleiros foram presos em flagrante pela polícia e levados à delegacia de Ortigueira. Foi instaurado um inquérito policial para investigação de formação de milícia armada pelo Cope, em Curitiba, mas haviam denúncias de que 10 pistoleiros continuavam na região. A área é de origem duvidosa, sendo a posse reivindicada por dois proprietários. As famílias estavam acampadas no local, desde de 2003.

Este quadro de fatos justifica, plenamente a realização de diligências para que uma de Comissão de Integrantes deste Parlamento possa também assumir compromissos para colaborar com as autoridades municipais e estaduais na solução desse grave quadro de violência.

Sala da Comissão, em 7 abril de 2008.

Deputado **ADÃO PRETTO** – PT/RS

Deputada LUIZA ERUNDINA - PSB/SP